

Amaral Neto acusa e faz ameaças

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), classificou ontem de "cinismo" o fato de parlamentares eleitos como deputados e senadores se proclamarem, agora, somente "constituintes", e se oporem ao funcionamento do Congresso Nacional.

"Todos esses que se declaram apenas constituintes" — completou — "estão desafiados a encaminhar à Mesa da Assembléia Nacional documento dizendo que, uma vez promulgada a futura Constituição, estarão também extintos os seus mandatos. Essa seria a atitude correta, pois eles entendem que o povo não os elegeu para serem também, e desde já, deputados e senadores."

Amaral Neto disse que tudo fará para que a Câmara siga o exemplo do Senado, "realizando pelo menos duas sessões por semana". "Se o Congresso não funcionar — assinalou — se permanecer apenas esse pinga-fogo da Constituinte, vamos ficar desmoralizados. O governo continua baixando decretos-leis, a situação do País é grave, o povo está passando fome. Ninguém vai entender que não se discutam aqui os problemas atuais."

Amaral Neto citou, como exemplo, o decreto-lei que, em julho de 1986, instituiu o empréstimo compulsório sobre combustíveis, dólar para viagens e compra de automóveis. Lembrou ter o ministro da Fazenda, na época, justificado a medida com a necessidade de conter o excesso de consumo. "Dava como causas deste o estancamento, de vez, da espiral inflacionária, o fim da especulação na esfera financeira, o congelamento de preços e a expansão dos níveis de salário real."

"Tudo isso não existe mais" — disse o líder pedessista. "A infla-



Amaral Neto

ção está aí de volta, a especulação também, o congelamento acabou e os salários estão achatados. Não há mais razão, portanto, para a cobrança do empréstimo. Mas o decreto-lei continua em vigor. É preciso que o Congresso Nacional se reúna para derrubá-lo. Essa é uma função do Congresso, não da Constituinte."

Assegurou o parlamentar que o PDS "está maciçamente a favor do funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte". Ele distribuiu aos repórteres cópia de documento assinado, no dia 10 de fevereiro, por 31 dos 37 deputados e senadores do PDS, assumindo posição nesse sentido.

Amaral Neto disse estar fazendo isso para contestar declaração do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), publicada em alguns

jornais, segundo a qual 14 ou 15 pedessistas estariam a favor da tese "soberania".

"Há uma oposição ao governo e uma oposição ao regime" — disse. "Eu faço oposição ao governo. Não quero tirar o mandato de ninguém. Para mim, o mandato presidencial deve ser de quatro anos. Admito que possa chegar a cinco. Seis é inadmissível. Mas somente a futura Constituição é que poderá dispor sobre o assunto."

Regimento

Quanto à proposta de regimento, Amaral Neto reiterou não ser contra apenas o que está previsto no parágrafo 7º do artigo 57 (o que permitiria à Constituinte aprovar "projetos de decisão" sobre "matéria de relevância", o que poderia incluir alterações imediatas na atual Constituição). Mas contra mais cinco ou seis pontos. Considera a possibilidade de plebiscito "uma brincadeira, uma palhaçada", porque a própria Constituinte "já é o resultado de um plebiscito nacional, que foram as eleições". Considerou que a redução do quórum para pedidos de verificação de votação, de 56 para 35 constituintes, "deixou o PDS até em má situação, porque entre os pequenos partidos, de oposição, somente ele alcança esse número". Quer o quórum tradicional de 20 constituintes.

No final, Amaral Neto advertiu que, se não houver acordo em torno desses pontos do regimento, o PDS tem condições de fazer com que a votação "se arraste pelo menos por 25 ou 30 dias, fazendo votar todos os pedidos de destaque, que são mais de 100".

Ary Ribeiro